

Na imposição, não vai

3 OUT 1985

ANC 88
 Pasta 10/85-1
 030/1985

O parecer do deputado Flávio Bierrenbach sobre o projeto presidencial de convocação da Constituinte, razão de novo e tenso capítulo do conflito entre o Planalto e o Congresso, não mais será apresentado por seu autor no início da próxima semana. Por sugestão de Ulysses Guimarães, que sentiu a multiplicidade de riscos implícitos no episódio, até mesmo de procedência militar, será aberto um prazo para tentativa de negociação em torno dos pontos de conflito agudo, como já está se dando com os militares a respeito da ampliação da anistia.

A exigência do Planalto de que o Congresso se sujeite a votar sem qualquer alteração a fórmula de Sarney, salvo para corrigir-lhe a data de início da Constituinte, não tem condições de impor-se ao ânimo atual de enorme parcela dos congressistas. Não se trata só dos esquerdistas ou independentes, com ou sem aspas, mas do número muito mais amplo dos insatisfeitos com a fórmula precipitada de Sarney.

Tolhido por suas vacilações, o presidente deixou de promover em tempo hábil os estudos e sondagens convenientes à formulação da proposta convocatória da Constituinte. Quando se deu conta de que o Congresso, como em tantas outras questões, assumia a iniciativa da convocação, através da emenda Gastone Righi, Sarney despertou para a perda da oportunidade. Argumentou que sua tardança devia-se aos estudos em realização no Planalto, mas a proposta que mandou ao Congresso evidenciou que argumento e proposta eram frutos do mesmo aqodamento infundado. O Congresso concedeu-lhe a complacência de negar número ao projeto de Righi, mas daí a aprovar sem emendas a proposta presidencial vai distância que se está mostrando intransponível.

A resistência do deputado Flávio Bierrenbach a encampar a idéia de um Congresso que seja também a Constituinte reflete, sem qualquer dúvida, a opinião de setores muito expressivos da sociedade. A fórmula Sarney exigiria que o candidato a integrar a Constituinte se dispusesse a disputar eleitoralmente uma cadeira no Congresso e a cumprir, em respeito ao seu eleitorado, todo um mandato parlamentar.

Ora, este não é o caso, por diferentes circunstâncias pessoais, de personalidades da estatura de Barbosa Lima Sobrinho, Daimo Dallari, Godofredo Telles, Raimundo Faoro, Carlos Castello Branco, Otto Lara Resende, só para dar alguns

exemplos da rica diversidade disponível.

É natural, portanto, que muitos setores da sociedade considerem que o Brasil não está em condições de dispensar a contribuição do saber, experiência e desprendimento de personalidades assim, no momento em que vai definir as regras do seu futuro. A Constituinte não se deverá reduzir à mera disputa eleitoral.

Não há aferições precisas a respeito da forma preferida pela sociedade para a Constituinte, o que justificaria até uma consulta formal aos cidadãos. Mas o deputado Bierrenbach, antes de suscitar a contestação ao Congresso Constituinte de Sarney, visitou dez Estados, recolhendo opiniões e sugestões nos órgãos representativos da sociedade civil. E fez a mesma coleta no próprio Congresso. As outras fórmulas que pôs em discussão, uma das quais terminará incorporada ao seu parecer, têm sob si base maior do que simples confrontos políticos de correntes partidárias ou de poderes institucionais.

O deputado Bierrenbach alargou o horizonte temático de seu parecer e abriu polémicas em torno de questões ainda mais complexas, como a reincorporação às Forças Armadas dos militares anistiados. A questão levou a pronta manifestação de discordância dos ministros militares, mas, ao inverso do que se passa com o Planalto, aí logo se abriu a procura de conversações. Ao projeto de reincorporação, do deputado Jorge Uequed, e ao pagamento dos atrasados, tende a ser adotada a solução já em exame entre o relator Bierrenbach e os ministérios militares: se a reincorporação implicaria problemas de inadequação funcional e os atrasados acarretariam despesas, só no Exército, da ordem de três trilhões, em seu lugar seria conferido aos ex-cassados o posto e o soldo que hoje teriam, não houvesse as cassações.

Ao intervir no conflito entre a exigência do Planalto e a resistência parlamentar, propondo mais tempo para negociações mais profundas, Ulysses Guimarães refletiu, por sua vez, a percepção de três ordens de risco no episódio: o de tentar conduzir o Congresso, a seu ver já alcançado por desgastes excessivos, à aprovação de uma emenda que encontra amplas restrições; o risco de acentuação do confronto entre o Executivo e o Legislativo; e ainda o de complicar-se o quadro pela precipitação, no bojo do problema da Constituinte, de uma questão com implicações graves na área militar.